



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.366, DE 2019

(Da Sra. Jandira Feghali)

Dispõe sobre o financiamento do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP.

DESPACHO:

Retirado o PL 1366/2019, em face do deferimento do Requerimento n. 819/2019, nos termos do artigo 104, caput, c/c o art. 114, VII, do RICD.

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Art. 1º Esta lei dispõe sobre o financiamento do Fundo Nacional de Segurança Pública, instituído pela Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001.

Art. 2º. O art. 2º da Lei 10.201, de 14 de fevereiro de 2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º
.....

II - as doações, auxílios e subvenções de **pessoas naturais ou jurídicas**, entidades públicas ou privadas, **nacionais ou estrangeiras**;

.....
Parágrafo Único: Equipara-se a doação qualquer valor colocado à disposição da República Federativa do Brasil em acordos judiciais ou extrajudiciais celebrados entre entidades da administração pública federal indireta e autoridades estrangeiras”. (NR)

Art. 3º Para fins do disposto no inciso II e parágrafo único do art. 2º da Lei 10.201/2001, serão transferidos à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo de 5 dias úteis a contar da publicação desta Lei, o valor equivalente a US\$ 682.560.000,00 referente ao depósito judicial feito pela Petrobras S.A na conta vinculada à 13ª Vara Federal de Curitiba, os quais constituem 80% do valor de US\$ 853.200,00, estabelecido nos acordos firmados com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América, em 26 de setembro de 2018.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em 26 de setembro de 2019, a empresa Petrobrás S.A firmou um acordo com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (Non-Prosecution Agreement e Cease-And-Desist) para não ser processada naquele país em virtude de práticas que geraram prejuízos aos acionistas norte-americanos da empresa brasileira e, portanto, violaram a legislação dos Estados Unidos.

No acordo foi estipulado a penalidade criminal em desfavor da Petrobras S.A no valor de US\$ 853.200,00, devida aos Estados Unidos da América. Entretanto, as autoridades americanas destinaram 80% do referido valor (US\$ 682.560.000,00) para o Brasil.

O objetivo deste Projeto de Lei é resguardar a competência da União sobre a disposição dos valores provenientes de doações desta natureza. Com efeito, o Poder Legislativo reconhecendo a grave situação por que passa a segurança pública no país, entende que esses recursos devam constituir fonte de financiamento do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Sala das sessões, em 12 de março de 2019.

Dep. Jandira Feghali

Líder da MINORIA

(PCdoB/RJ)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
 Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
 Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 10.201, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2001

(Revogada pela Lei nº 13.756, de 12/12/2018)

Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, e dá outras providências.

Faço saber que o **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** adotou a Medida Provisória nº 2.120-9, de 2001, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto parágrafo único do art. 62, dá Constituição Federal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Justiça, o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, com o objetivo de apoiar projetos na área de segurança pública e de prevenção à violência, enquadrados nas diretrizes do plano de segurança pública do Governo Federal. *(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 10.746, de 10/10/2003)*

Parágrafo único. *(Revogado pela Lei nº 10.746, de 10/10/2003)*

Art. 2º Constituem recursos do FNSP:

- I - os consignados na Lei Orçamentária Anual e nos seus créditos adicionais;
- II - as doações, auxílios e subvenções de entidades públicas ou privadas;
- III - os decorrentes de empréstimo;
- IV - as receitas decorrentes das aplicações de seus recursos orçamentários e extra-orçamentários, observada a legislação aplicável; e
- V - outras receitas.

Art. 3º O FNSP será administrado por um Conselho Gestor, com a seguinte composição:

I - dois representantes do Ministério da Justiça, um dos quais será o seu presidente;

II - um representante de cada órgão a seguir indicado:

- a) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- b) Casa Civil da Presidência da República;
- c) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
- d) *(Revogada pela Lei nº 12.681, de 4/7/2012)*

e) Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *(Alínea acrescida pela Lei nº 12.681, de 4/7/2012)*

Parágrafo único. As decisões do Conselho Gestor serão aprovadas pelo Ministro de Estado da Justiça.

.....

FIM DO DOCUMENTO